

Com a palavra, sua excelência, o povo

A partir do dia 23, o povo descenderá das galerias e ocupará a tribuna, para dizer a deputados e senadores como deve ser a futura Constituição. No plenário da Câmara, os encarregados de defender as 122 emendas de iniciativa popular, que chegaram a Brasília de todo o país, terão direito à palavra durante 20 minutos, para justificar suas propostas perante a Comissão de Sistematização.

Se forem chamados de sua excelência, o povo, farão jus à deferência, porque subirão à tribuna com um mandato conferido por 15 milhões de assinaturas de eleitores, colhidas nas praças para respaldar as

Moema Viezzer

Igualdade plena para mulher

E vão deixá-la falar. Se, em 1975, a socióloga Moema Viezzer soubesse que em 1987 ocuparia a tribuna da Constituinte, para defender os direitos da mulher, talvez tivesse mudado o título do livro que escreveu e que a fez famosa, *Se me deixam falar*, sobre uma operária e dona-de-casa boliviana, personagem-símbolo em seu país, Domitila Chungara.

Moema foi escolhida para defender a emenda popular sobre os direitos da mulher, que procura estabelecer, entre outros pontos, a igualdade plena de direitos trabalhistas entre mulheres e homens. Ela adiantou que procurará inovar, mostrando aos constituintes um audioso trabalho sobre os problemas da mulher brasileira.

Milton Felipelli

Fé na cura pela energia

Os médiuns podem ou não exercer legalmente o dom que possuem? É para justamente criar um direito que não existe mas é tolerado que o gerente comercial e médium Milton Felipelli defenderá emenda popular — com mais de 60 mil assinaturas — que estabelece o amparo constitucional para o exercício da mediunidade.

Milton sustentará que "a história encontra-se repleta de casos comprovados de cura por intermédio da mediunidade, que, para os leigos, pode ser entendida como transmissão de energia". Com 46 anos de idade e 25 de experiência como médium, ele propõe que essa prática seja legalizada, desde que efetuada gratuitamente pelos centros espíritas ou pes-

Lúcia Pacífico

Aposentadoria à dona-de-casa

A presidente do Movimento das Donas-de-Casa de Minas Gerais, Lúcia Pacífico Homem, 52 anos, não vai dar-se ao trabalho de redigir discurso, para defender a emenda popular que concede aposentadoria à mulher que se dedica às tarefas domésticas. Ela baseará a argumentação no slogan que repete desde abril, quando iniciou a coleta de assinaturas: "Não pedimos privilégios, reivindicamos justiça".

Com a fluência verbal exercitada em 34 anos como professora primária e, depois da aposentadoria, aperfeiçoada em centenas de palestras e debates promovidos pela associação que fundou em 1983 — "só em julho falei mais de 40 vezes" — Lúcia está preparada para enfrentar os constituintes.

"É uma reivindicação legítima de

Fernando Bolzoni

Revolução pela monarquia

O estudante de direito Fernando Baptista Bolzoni, de apenas 18 anos, vai defender a volta à monarquia na Constituinte. Segundo ele, "é a tese mais revolucionária encaminhada à constituinte, porque é a única a propor a derrubada da República. Nem os comunistas se arriscaram a tanto".

Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos (IBEM), com sede em Porto Alegre, Fernando, de família

emendas, algumas antagônicas.

Do tórrido sertão de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco, virá o bispo Francisco Austragésylo de Mesquita, especialista da CNBB em reforma agrária, para propor que a propriedade passe a ter "missão social" de conciliar o lucro do dono com o atendimento às necessidades de subsistência dos trabalhadores. A Igreja mandará, também, o advogado Francisco Massá Filho, defensor da emenda de iniciativa da Arquidiocese do Rio que propõe a revogação do divórcio.

O trabalho da dona-de-casa ainda não mereceu a atenção da teoria econômica

As posições estarão invertidas, a partir do dia 23. Os constituintes se sentarão no plenário para ouvir os defensores das emendas que os eleitores assinaram nas ruas. Eles subirão à tribuna da Câmara para dizer como o povo quer que o poder seja exercido em seu nome.

do valor, mas a professora aposentada Lúcia Pacífico Homem sairá de Belo Horizonte para brigar pela aposentadoria da mulher que se dedica às tarefas domésticas. Ela reivindicará para as donas-de-casa a recompensa pela tarefa de formar a futura mão-de-obra. As mulheres que trabalham terão na soció-

loga e ex-exilada Moema Viezzer, de São Paulo, uma defensora da igualdade de salário com os homens.

Em nome dos espíritas, o paulista Milton Felipelli pedirá que a atividade curativa dos médiuns seja reconhecida e posta sob o abrigo de um artigo constitucional, desde

que exercida gratuitamente. Felipelli, que também é médium, garante que será a sentença de morte do charlatanismo.

Fernando Baptista Bolzoni, 18 anos e estudante de direito da PUC de Porto Alegre, estreará na tribuna defendendo a causa do retorno à monarquia. Candidato a vereador, ele se vangloria de ter ousado mais que os comunistas, com sua proposta de revogação da República.

Como as 122 emendas populares superaram a expectativa, a Comissão de Sistematização viu-se obrigada a reorganizar seu calendário, que limitava a defesa das propos-

tas ao período entre os dias 25 e 30 deste mês. Estão previstas sessões de quatro horas, com a participação de 12 oradores, o que estenderá a participação dos defensores na Constituinte a pelo menos dez dias.

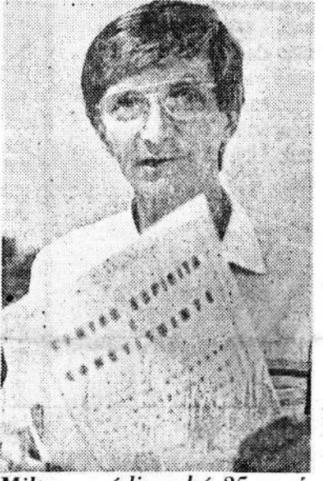
Por decisão da Mesa da Constituinte, o relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), vai elaborar dois substitutivos e o primeiro deverá estar pronto dia 24, na véspera do início da defesa das emendas populares. Os argumentos dos defensores serão considerados na elaboração do segundo substitutivo, o texto final que irá à votação do plenário.

Marcelo Carnaval



Moema: pela consciência

São Paulo — Isaias Feitosa



Milton: médium há 25 anos

Belo Horizonte — Waldemar Sabino



Lúcia: questão de justiça

Francisco Massá

Meta é eliminar divórcio

Ao se apresentar na Comissão de Sistematização da Constituinte para defender uma emenda popular pelos direitos da família, do menor e do idoso, o advogado Francisco Massá Filho vai se mirar em seu próprio exemplo: com 56 anos, o procurador de Justiça do Rio de Janeiro e provedor da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, casado há 32 anos, acha que "fora da família, a solução dos problemas sociais estará muito difícil". Ele será o porta-voz da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que através desta emenda quer fazer a legislação brasileira retroceder e eliminar a concessão do divórcio de seus artigos, voltando à concepção de que o casamento é indissolúvel.

Massá — que redescobriu o catolicismo

Carlos Roberto Castro

Direito à moradia para todos

O direito à moradia para todos os trabalhadores, "indispensável para a emancipação individual e coletiva do ser humano", é a principal proposta que o advogado Carlos Roberto de Siqueira Castro, 38 anos, vai defender na Constituinte. De formação católica e ex-militante das comunidades eclesiais de base, Carlos Roberto participou da Comissão de Acompanhamento da Constituinte, criada pela CNBB. A comissão elaborou cinco emendas e o indicou para defender a dos direitos sociais dos trabalhadores, que se concentra principalmente na defesa da moradia.

Professor de Direito Constitucional na PUC e um dos procuradores da República no Rio, Carlos Roberto acompanhou o trabalho na Constituinte desde a

fase das subcomissões. Ele ressalta o que considera um grande avanço na emenda. De acordo com a proposta da Arquidiocese, "na data de promulgação da Constituição, todo o grupo familiar habitante de favelas adquirirá a propriedade do espaço que habita".

"É a única opção de moradia para as comunidades carentes", argumenta Carlos Roberto. A emenda propõe também que o direito de usucapião em terreno urbano seja garantido com dois anos de ocupação sem conflitos. Apesar da longa prática de magistério no Brasil e no exterior, Carlos Roberto, não esconde a ansiedade de falar para os constituintes. "É o momento maior para qualquer advogado. Espero corresponder à responsabilidade que me delegaram".



Massá: o filho é sagrado

Marcelo Carnaval



Carlos Roberto: favelados

Recife — "Diário de Pernambuco"

Dom Francisco

Unir trabalho e capital

"Não tenho esperança de converter ninguém", diz dom Francisco Austragésylo de Mesquita, 64 anos, desde 1961 bispo da diocese de Afogados da Ingazeira, no sertão de Pernambuco, onde mora, em 17 municípios, 350 mil pessoas. Escolhido para defender a emenda da CNBB sobre a ordem econômica ele já escreveu o que pretende dizer. "Conheço de muito tempo os políticos e sei que quase todos já têm pensamento firmado. Queira Deus que consiga, pelo menos, aumentar a convicção dos que já pensam em votar pelos interesses do povo."

Especialista em reforma agrária, ocupou durante anos a Pastoral da Terra no Nordeste e, por isso, acabou ganhando um dos três lugares na Comissão de

Acompanhamento da Constituinte, formada pela CNBB. Acostumado a falar para multidões — "tanto faz meninos de rua como deputados" —, dom Francisco pretende usar os 20 minutos que lhe serão dados para mostrar aos constituintes que a ordem econômica "deve fundar-se na primazia do trabalho sobre o capital por ser isto uma lei natural, divina e humana". Ele dirá que "a natureza registra que o trabalho antecede a riqueza e Deus deu ao homem o direito de dominar a terra, e não de ser dominado por ela. Cabe ao homem, baseado nisso, garantir aos seus semelhantes uma vida digna, que só se consegue com uma remuneração correspondente ao atendimento das suas necessidades básicas".



Dom Francisco: pelo povo

Ulisses Riedel

Emprego deve ter proteção

Advogado há 25 anos de sindicatos e entidades de trabalhadores, como a Contag, Federação Nacional dos Jornalistas e Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Ulisses Riedel de Resende, 53 anos, é quem vai defender a emenda popular relativa aos direitos sociais dos trabalhadores. Elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), do qual é diretor-

técnico, e subscrita pelas três centrais sindicais — CUT, CGT e USI —, dez entidades nacionais de servidores públicos e nove confederações de trabalhadores, a emenda elimina a demissão imotivada, propõe jornada de 40 horas semanais, direito de férias com pagamento em dobro, direito de greve para todas as categorias de trabalhadores e proíbe a intermediação de mão-de-obra.

"A proteção do emprego deve ser muito clara e precisa", diz Ulisses. Esclarece que a eliminação da demissão imotivada não é o mesmo que estabilidade no emprego. "Nosso projeto prevê dispensas por justa causa, motivos disciplinares, econômicos e técnicos. Mas queremos evitar que um trabalhador seja demitido apenas porque se filiou ao sindicato ou pediu aumento de salário".